

“NÃO EMPREGAMOS JORNALISTAS”

Por **Guilherme Almeida**
e **João Marcos Previattelli**

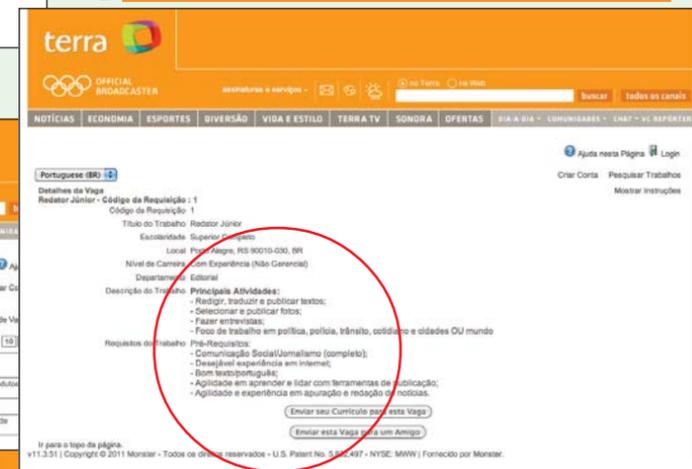
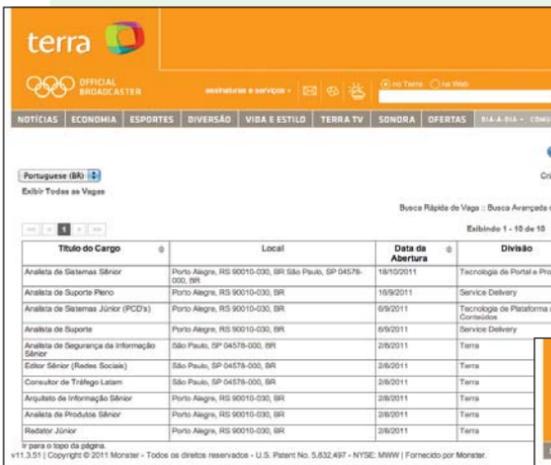
No dia 12 de setembro de 2011 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo publicou em seu site oficial na internet um texto com a seguinte chamada: “Portais IG e Terra afirmam que nas empresas não trabalham jornalistas”. O título, um tanto quanto estranho, se refere a visitas frustradas que o sindicato faria nas redações desses portais. Com o Terra a visita chegou a ser marcada e aceita pelo departamento de RH para o dia 9 de setembro. No entanto, ao chegar no local os diretores do sindicato foram avisados que não poderiam entrar, com a justificativa de que lá não trabalham jornalistas. Com o IG o caso foi um pouco diferente; o absurdo se deu toda a distância. A gerência corporativa de RH da empresa notificou por e-mail, “Em nossa empresa não possuímos jornalistas e tampouco redação”. A visita só foi agendada após o sindicato ter “recebido várias reclamações de jornalistas que prestam serviços para grandes portais como o Terra, IG, entre outros”.

O fato é de causar estranhamento em qualquer um da área; como podem dois portais que divulgam em seus espaços claramente trabalho jornalístico alegar não terem jornalistas em seus quadros de funcionários? Esse caso abre uma discussão mais ampla, que vai além de um ou outro lugar não querer ser “inspecionado” pelo sindicato da classe que emprega. O tema aqui colocado é complexo. Se por um lado é absurdo pensar que sites de notícias não empregam jornalistas, por outro o discurso do IG ou do Terra fazem certo sentido. Outros veículos de comunicação têm suas representações formais em sindicatos patronais oficiais – emissoras de rádio, televisão grupos de jornais e revistas... – contudo, o portal de internet é um fenômeno relativamente novo nesse cenário, e nem todas as adaptações no que se refere a direitos trabalhistas foram especificados para quem está inserido nele.

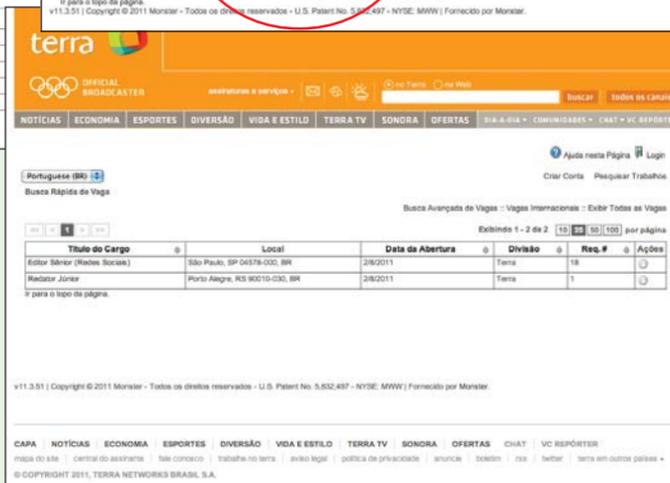
Os jornalistas que trabalham em ambos os portais foram indevidamente incluídos no Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática (Sindiesp), que prevê uma jornada de trabalho de 44 horas semanais para todos que exercem funções em empresas provedoras de acesso a internet, e consequentemente aqueles que atuam em portais. Já a jornada prevista para jornalistas é de 30 horas semanais, podendo chegar somente a 42 quando incluídas duas horas extracontratuais.

Isabella Maria Simon Witt Jaloreto, diretora jurídica do IG, não confirmou se haviam jornalistas trabalhando no portal, mesmo que em seu expediente constam repórteres e editores, ou negou que o e-mail enviado pela gerência corporativa seja falso. Quando perguntada se tinha alguma declaração, limitou-se a dizer que não, pois estando legalmente enquadrada, sem nenhuma reclamação interna ou do Ministério do Tra-

Portais IG e Terra rechaçam visita do sindicato: mais um tópico para debate na categoria



Página do Portal Terra (www.portalterra.com.br): diferentemente do que afirma, o portal exige formação em Comunicação Social/Jornalismo como pré-requisito (no destaque)



Fenaj lidera luta pelo diploma

O Sindicato é uma agremiação que visa à defesa do bem comum e a melhoria das condições financeiras e não financeiras de uma determinada classe e de seus aderentes, das quais podemos destacar as condições de trabalho, direitos, deveres e remunerações. As formas de atuação mais agressivas do sindicato são organizando greves de longo e curto prazo, mas os assuntos são geralmente decididos em negociações entre a classe empresarial e a laboral, representadas por seus respectivos sindicatos:

Sindicato Patronal: Representa os interesses de categorias econômicas empresariais, como, por exemplo, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo – SINDJORI. Ou seja, é um grupo de patrões, que se relacionam para se fortalecerem perante leis trabalhistas.

Sindicato Trabalhista: Representa os interesses de classes trabalhadoras específicas, como, por exemplo, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo – SJSP. O sindicato, de maneira geral, existe para lutar e conquistar espaços e vitórias de dentro pra fora dos órgãos empregadores, como por exemplo: piso e teto salarial, férias, e condições de trabalho como um todo. O sindicato dos trabalhadores negocia com os patronais, à partir de uma data base, para fechar convenções coletivas que vigoram durante um ano com força de lei. nessas se formalizam direitos dos profissionais. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo negocia com quatro seguimentos patronais, são eles: jornais e revistas do interior de SP, jornais e revistas da capital de SP, rádio e tv (capital e interior) e assessoria de imprensa e empresas de comunicação ligadas à assessoria de imprensa.

balho, não tinha o que discutir. O IG não iria se manifestar em relação a um “jornalzinho de sindicato”, como disse Isabella.

Tão contraditório quanto é o site do Terra, que em um espaço reservado para aplicações de futuros contratados (“trabalhe conosco”) deixa claro que a graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo é pré-requisito necessário para a contratação. Mesmo sem examinar as brechas no site é óbvio que se trata de um canal de informação. Em suma, os portais em questão são, indiscutivelmente, veículos jornalísticos. Não importa como os patrões queiram chamar seus funcionários; se produzem material jornalístico são jornalistas, não é tão difícil de entender. Estar afiliado ao sindicato dos trabalhadores e sofrer implicações mais diretas do sindicato patronal da empresa não significa que o profissional mudou de profissão, significa apenas que seus patrões acharam mais uma brecha no sistema para usufruir de sua força de trabalho. Isso não altera em nada a relevância social do jornalista enquanto profissional, porém é um golpe duro a classe trabalhista de uma forma geral. O sindicato dos trabalhadores não luta a toa.

Muito se diz sobre uma queda na força do sindicato dos jornalistas em relação ao passado. Pedro Estevam da Rocha Pomar, da chapa “sindi-

cato é para lutar”, que atualmente faz oposição no órgão aponta que um dos fatores responsáveis por um enfraquecimento da classe é o baixo índice de trabalhadores sindicalizados na área. Quando questionado sobre por que poucos jornalistas são de fato ligados ao sindicato Pedro Pomar respondeu: “São vários os fatores: a vitória ideológica do neoliberalismo, que, a partir do final da década de 1980, estimulou entre os jornalistas a competição, o individualismo, o carreirismo, tudo isso em detrimento de valores como a solidariedade, a participação no coletivo, a organização da categoria e os princípios democráticos; a repressão patronal nos ambientes de trabalho, intimidando e cerceando a participação sindical dos jornalistas; erros cometidos pelo próprio Sindicato, como por exemplo a criação do plano de saúde (PSS) em 1999; essa iniciativa desastrosa afastou do Sindicato centenas de colegas e gerou uma dívida de mais de 5 milhões de reais, que foi refinanciada e ainda está sendo paga em parcelas pela entidade.” André Freire, um dos diretores em atividade no SJSJ discorda da teoria. Para ele, a classe jornalística não foge a média nacional de outros grupos organizados: são cerca de quatro mil sindicalizados para cerca de 16 mil profissionais oficialmente no mercado de trabalho paulista, pelo levantamento do Ministério do trabalho.

“Percentualmente, não estamos defasados, dos registrados, nós temos uns 25%”.

Realmente essa taxa está de acordo com a média no sindicalismo no país, mas quando observamos os bancários, os professores e os servidores públicos em geral, notamos um alto índice de sindicalização. Seria coerente que uma classe tão prejudicada por decisões externas e pressões patronais tivesse também um número elevado de filiados. O SJSJ não faz ligação entre o ocorrido com os portais IG e Terra com uma possível desvalorização da classe jornalística. “Isso tem a ver com malandragem de empresa mesmo, empresa é coisa malandra!” lamenta André Freire. Um exemplo dessa malandragem é a contratação de jornalistas PJ (pessoa jurídica), para não ter um vínculo oficial com o profissional os jornais e demais veículos de comunicação burlam algumas leis trabalhistas nessa “prestação de serviço” de fachada. Funciona assim: o jornalista, pressionado por não conseguir um emprego fixo, abre mão de direitos e passa a prestar serviços ao veículo como outra empresa. Ai se perdem conquistas da classe, porque não existe remuneração regulamentada por hora ou por trabalho, aliás não existe regulamentação alguma para essa prática. Muitos jornalistas passam tempos trabalhando nesse sistema e perdem anos de contribuição ao FGST, nunca – ou quase nunca tiram férias, e inconscientemente acabam por “roubar” o lugar de um trabalhador devidamente registrado.

Na questão de barateamento de mão de obra, podemos citar também o estágio como ferramenta usada pelos patrões para ganhar a mais às custas dos jornalistas. Essa prática já foi proibida e voltou a ser regulada por reivindicações de estudantes nas duas ocasiões, mas é claro que sindicatos e empresas de comunicação estiveram envolvidos nos debates. Hoje o estágio é aceito e encorajado pela maioria das universidades, porém pouco se discute sobre o prejuízo que ele traz para a classe. É comum que jornalistas formados percam espaço nas redações para jovens, que os substituam mesmo sem ter o conhecimento ou a experiência para exercer funções de alta responsabilidade. Na televisão, alguns estagiários são explorados ao ponto de produzirem vários programas com uma remuneração irrisória; o piso salarial da categoria é de R\$ 1.593,00, o salário do estagiário geralmente representa uma porcentagem de 60 a 75% desse total. Dessa forma, o que ocorre é um fenômeno no qual profissionais antigos – leia-se “caros” – são substituídos por jornalistas em treinamento – leia-se “mão de obra barata”.

A força que os grupos de empresas de comunicação têm perante o governo é alto. Um indício disso é a queda da obrigatoriedade do diploma para registro como jornalista. Se isso é bom pra alguém é para os patrões, diz Pedro Pomar; “A derrubada do diploma fortaleceu os interesses patronais, em detrimento da luta da nossa categoria por seus direitos, entre os quais a regulamentação da profissão.”

Casos de confusão entre sindicato e empresa, como esses dos portais IG e Terra, são ótimos para retomar discussões e repensar algumas estruturas na relação trabalhador/patrão. Aliás, esse é um debate que não perde importância nunca. Haja vista que testemunhamos vários movimentos grevistas no ano de 2011, nos quais a participação dos sindicatos enquanto representante de um grupo socialmente relevante foi fundamental. É bom ressaltar que a maioria das batalhas judiciais são vencidas pelos patrões, e que seus artifícios para dividir e disciplinar classes trabalhistas inteiras têm se demonstrado eficácia considerável.



Sérgio Murillo, presidente do Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Sindicato: trabalhadores contra patrões

Em 17 de julho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu ao pedido do Ministério Público em conjunto com o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e aprovou a queda do diploma para o exercício da profissão de jornalista, alegando que sua obrigatoriedade feria o direito a liberdade de exercer qualquer profissão e a liberdade de expressão, ambas garantidas na Constituição de 88, sendo também contra a Convenção Americana dos Direitos Humanos, por impedir o livre acesso à informação.

Em defesa a queda, o relator do processo e presidente do STF, Gilmar Mendes, justificou que os próprios meios de comunicação deveriam exercer o controle da contratação de profissionais. Taís Gasparian, advogada da Sertesp e autora da ação que extinguiu a obrigatoriedade, argumentou que o diploma é inconstitucional, por restringir as liberdades de expressão e livre pensamento.

Entretanto, era exigido o diploma apenas para aqueles que fossem trabalhar de forma integral no jornal, o que não impedia ninguém de publicar como colaborador. A queda apenas fortaleceu os interesses patronais em detrimento as lutas trabalhistas da classe jornalística por direitos. O acesso à informação é delimitado pelos detentores dos meios midiáticos, e não daqueles que trabalham nas empresas.

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) da época, Sérgio Murillo, lamentou a decisão do STF, apesar de não recorrer a decisão, que apenas teria a função de esclarecer dúvidas, mas não mudaria o julgamento: “É um golpe duríssimo na nossa profissão. São 40 anos jogados no lixo. Apesar do golpe profundo, não é uma sentença de morte”